

## 1ª Sessão do Seminário História Religiosa Moderna - 18/3/2008

O tema eleito e que nos congregará durante oito sessões no decurso do ano é "O clero".

Podíamos dizê-lo de forma mais metafórica, procurando captar o âmago da actividade fundamental que, em boa medida, distinguia os clérigos dos leigos, pois é para essa distinção que o tema do seminário remete. Dir-se-ia, então, em vez de clero, "os que por todos oram". Por todos (isto é, pelos vivos e defuntos) mas que também por si rezam. Dimensão tantas vezes esquecida e de que tão pouco se conhece na historiografia portuguesa. O clérigo também é um crente, com uma forma específica de viver o cristianismo e de aprofundar e expressar a sua espiritualidade. Como se caracterizava ela? Era a mesma entre um jesuíta, um sacerdote secular algarvio, ou um bispo de uma mitra do império? E era idêntica nos alvares de um religiosamente agitado início do século XVI, no tempo do triunfo tridentino, ou na voragem transformadora do cepticismo de matriz ilumista?

O clero constituía um dos grupos em que se encontrava jurídica, ideológica e culturalmente estruturada a sociedade Moderna. E era a ordem mais prestigiada.

Isso decorria de uma multiplicidade de factores: da sua vinculação ao saber e às instituições onde ele era transmitido, dos bens e rendimentos de que globalmente disfrutava, do prestígio dos seus membros mais destacados, mas, fundamentalmente, dos laços que o prendiam a uma população maioritariamente católica que lhe estava confiada. Isto é, ao facto de serem mediadores essenciais da relação dos indivíduos e das colectividades com o sagrado cristão. No âmbito da concepção corporativa da sociedade em vigor, cuja fundamentação tinha uma inspiração divina que a teologia ensinava, a cada um competia uma específica função. Ao clero cabia a mais considerada, a da ligação a Deus. Daí a estima, a dignidade que lhes era conferida.

Esta proeminência social é discernível tanto ao nível dos grandes (bispos, cónegos, abades e priores de alguns mosteiros) pelo modo como eram tratados (durante a vida e até no momento e após a morte), pelos lugares que ocupavam nos vários cerimoniais, pelos proventos que auferiam. Como é perscutável entre o clero paroquial, tantas vezes de

origem social modesta, com formação cultural e religiosa insuficiente, vivendo com grandes carências materiais, mas que tinham a seu cargo as almas dos fiéis nas paróquias. Pois apesar destas suas limitações eles eram figuras destacadas da vida social local, relacionando-se privilegiadamente com os que, em cada comunidade, tinham estatutos mais honrados.

Uma das consequências deste estatuto de dignidade do clero manifestava-se na existência de privilégios de vária natureza:

- privilégios políticos: o clero como um corpo estava representado em cortes e muitos participavam activamente na vida política do Reino, quer ocupando postos em Conselhos e Tribunais, quer dando alvitres ao rei em função da proximidade propiciada pelos lugares de confesores e pregadores;

- privilégios jurídicos: tinham foro próprio (os auditórios esclesiásticos, o foro inquisitorial, o Juízo das Ordens para o clero das três ordens militares, e até a justiça própria e autónoma de cada congregação para os do clero regular) e regiam-se por códigos legislativos específicos como o direito canónico, as constituições dos bispados e os regulamentos internos das ordens regulares;

- privilégios económico-fiscais: estavam isentos do pagamento de impostos directos e de alguns indirectos, como a jugada (este, em particular, tornava as suas propriedades muito atractivas para os foreiros, pois os que as aforavam ficavam igualmente libertos do pagamento à Coroa deste imposto). Tinham ainda o direito de cobrar dízimos e outras taxas como as primícias, sanjoaneiras, votos de santiago, pé-de-altar, que eram fundamentais para garantir o sustento de alguns clérigos e que tinham uma enorme heterogeneidade de distribuição geográfica.

- privilégios militares: pois beneficiavam da isenção de servir com armas nos exércitos, o que não implica que muitos, em momentos especiais, o não fizessem. Em Alcácer Quibir morreram com o rei o bispo de Coimbra, D. Manuel de Meneses, e o do Porto, D. Aires da Silva; e em 1644, durante as campanhas da Restauração, formaram-se companhias de sacerdotes, o que levou D. João IV a agradecer ao cabido de Évora as diligências que fez para as reunir.

- privilégios honoríficos, que se manifestavam nas modalidades de tratamento, no uso de vestuário próprio e noutras formas de distinção

como o corte de cabelo, brasões, anéis, ou até gestos praticados na corte ante a presença da figura real como, por exemplo, durante o governo da Duquesa de Mântua, quando só aos bispos era consentido terem a cabeça coberta na sua presença.

Mas os clérigos não se dedicavam exclusivamente ao serviço religioso e à difusão da palavra divina (oração, celebrações litúrgicas, administração dos sacramentos, pregação, catequese, missão). Eram ainda actividades onde muitos se podiam encontrar legitimamente o estudo, a docência, a assistência a pobres, doentes, cativos, órfãos, as actividades burocrático-jurídicas em vários tribunais (como os auditórios episcopais, a Inquisição, o Desembargo do Paço, ou a Junta da Bula da Cruzada), os múltiplos serviços em lugares da administração dos bispados, cabidos, colegiadas e ordens religiosas. Uma grande parte desempenhava tarefas em benefícios curados, cujos titulares tinham designações de abades, reitores, vigários, priores, curas, coadjutores, capelães, que significavam distintos estatutos e consideração ainda não cabalmente explicados. Para isso exigia-se-lhes que tivessem ordens sacras, fossem maiores de 24 anos, residissem, administrassem os sacramentos e instruissem com o seu saber e exemplo os crentes. E faziam-no auferindo rendimentos brutalmente discrepantes. No século XVIII, o abade de Penude, na diocese de Lamego, ficava com cerca de 700 mil réis por ano, receita que um bispo de Cabo Verde ou S. Tomé não alcançava. Mas na mesma diocese lamecense, o cura de Monteiras, por exemplo, não tinha mais do que 80 mil réis. Que radical desigualdade. Não é seguramente a representação de um destes humildes curas que podemos ver no esteticamente belo detalhe da pintura de Nossa Senhora da Misericórdia, da autoria de Gregório Lopes e executado em 1535 para a Misericórdia de Sesimbra, que ilustra o cartaz do nosso seminário. Eis outra área onde havia que sondar o papel do clero, enquanto patrocinador, consumidor e inspirador da produção artística.

Havia ainda muitos clérigos que não eram beneficiados, isto é não tinham benefício. Uns trabalhavam a troco de um salário (como escrivães, funcionários em auditórios episcopais ou seculares), outros estavam desempregados, ou viviam dos seus patrimónios em ociosidade, havendo ainda os que tinham "trabalho precário", dando aulas particulares, servindo no coro em catedrais e colegiadas, ou vendendo a retalho os

seus serviços como capelães das inúmeras capelas privadas e funerárias (das misericórdias, de senhores, do rei, de outros eclesiásticos).

Ou seja, ser do clero podia significar não servir directamente na Igreja, nem desempenhar actividades religiosas, mas antes a Coroa ou a nobreza e até uma burguesia mais abastada e desejosa de "status". Infelizmente, algumas destas dimensões, sobre as quais se continua a saber pouco, serão escassamente abordadas no ciclo que foi possível preparar. Não porque fossem desinteressantes. Mas porque foi necessário fazer opções ou até pela circunstância pragmática de que não há quem esteja a trabalhar nestes campos.

Perante este quadro, um dos aspectos que segundo alguma historiografia foi evidente no decurso da modernidade, sobretudo depois de Trento foi um esforço no sentido de "profissionalizar" e "clericalizar" o clero. A questão da profissionalização do clero, tão discutida por alguma historiografia europeia, não tem tido qualquer eco no âmbito da história religiosa de Portugal. Eis outra lacuna.

Ninguém nascia clérigo. Apesar de haver alguns que por serem filhos de clérigos tinham uma vida predeterminada. Não se estranhe. O não cumprimento da castidade foi um dos comportamentos interditados que mais afectou o clero, pese embora o enorme esforço feito para o resolver. Ao nível dos grandes, a situação foi-se paulatinamente dissipando, a partir de finais do século XVI. Mas entre a imensa massa de simples tonsurados ou até sacerdotes essa foi uma mancha muito difícil de erradicar, como o atestam os milhares de denúncias que no século XVIII continuaram regularmente a aparecer nas visitas pastorais. Fonte extraordinária para medir o estado e os comportamentos do clero. E tão pouco sabemos sobre esses comportamentos concretos para além de algumas ideias gerais vagas, que não estabelecem cronologias, que não valorizam diferenciações geográficas, que não perscutam os motivos que levariam os eclesiásticos a prevaricar, nem os mecanismos criados pela Igreja para detectar as falhas, corrigir os abusos e castigar culpados. O que se sabe em Portugal da actividade concreta dos auditórios episcopais, onde muitos destes clérigos foram julgados? E que estudos se produziram a partir de fontes inquisitoriais para sondar os níveis de delinquência e as suas manifestações específicas entre os clérigos? A heresia em geral, o evangelismo humanista, o luteranismo, o molinismo, o jansenismo, o livre

pensamento, o deísmo filosófico, em que medida afectaram o clero português?

O ingresso no clero fazia-se pela recepção da prima tonsura. Depois seguiam-se as chamadas "ordens menores" e por fim, as ordens sacras ou maiores. A obtenção de todos estes graus era condicionada por limitações, que após o Concílio de Trento foram cada vez mais rigorosas e efectivamente cumpridas. A idade, a formação religiosa e cultural dos candidatos, que para isso deviam ser examinados, a prova da legitimidade do nascimento e de "limpeza de sangue" (o que se fazia através de um processo de habilitações *de genere*) e, finalmente, certificação do exemplar comportamento, virtudes morais e aptidões físicas do candidato (para o que se realizavam inquéritos de *vita et moribus*). Quão pouco se sabe em Portugal sobre tudo isto. E as fontes existem. Abundantes. Em tantas dioceses. Se há área onde os arquivos episcopais, por norma em Portugal tão estropiados, são ricos, esta é uma delas.

Mas o acesso às ordens sacras implicava ainda que previamente se possuísse um benefício eclesiástico, o que a maioria dos indivíduos de extracção social elevada não tinha dificuldade em obter, ou, na ausência deste, a constituição de um património (os frades professos das ordens regulares, uma vez que tinham o seu sustento assegurado no interior da congregação, estavam dispensados desta exigência). Eis outro filão a sondar. Como eram constituídos estes patrimónios? Quem os dava aos candidatos? Os pais, tios, senhores nobres ou eclesiásticos que patrocinavam carreiras a servidores ou parentes? Que funções tinha a afectação de propriedade a clérigos para efeito de património na economia das famílias de onde os clérigos eram oriundos e que impacto tinha nas economias locais?

O quantitativo de clérigos na sociedade portuguesa era muito elevado e é de admitir o seu aumento ao longo da modernidade. Antes dos meados de Setecentos não parece ter havido quebra nas vocações. As taxas de enquadramento clerical impressionam. Em 1652, o número de mosteiros e conventos ascendia a 448 (337 masculinos e 111 femininos), a maioria concentrados nos espaços urbanos, não sendo possível determinar o número de indivíduos que albergavam. Calcorreando hoje o território de Portugal ainda nos podemos aperceber de como estes

edifícios marcavam a topografia e a paisagem das cidades e dos campos. Mas já não ouvimos o som dos seus sinos, nem a vida que neles fervilhava e de que há tanto para saber. Também o clero secular tinha numeroso contingente. Na paróquia de S. Martinho do Bispo, próximo de Coimbra, nos meados de Seiscentos, havia 30 clérigos para uma população de cerca de 1650 pessoas, ou seja, um clérigo para cada 55 habitantes. Taxas de enquadramento clerical que impressionam e que moldaram a silhueta dos lugares. E já causavam esta sensação a muitos dos coevos que, perante esta avalanche de ingressos no clero, receavam o empobrecimento da lavoura, o desfalecimento das receitas fiscais da Coroa, o debilitamento dos exércitos.

Porque é que tantos jovens procuravam o estado eclesiástico? E porque é que uns optavam logo por ingressar no clero regular e outros no secular? Não há inquéritos que permitam responder a estas questões de modo preciso, mas não é de excluir que as motivações fossem de variado teor. Havia, por certo, quem o fizesse por vocação, que procurasse uma via para chegar a Deus e descobrir a salvação eterna, espicaçado por um fervor religioso que a reforma católica acentuou, estimulado por leituras devotas e exemplos de santidade, ou até atraído pelo desafio que era integrar o corpo de missionários que, através da imensidão do império ultramarino, espalhavam o nome de Cristo. A evangelização missionária foi um aliciante desafio, uma aventura e uma missão que tocou o espírito e o coração de muitos jovens portugueses. Mas existiriam também os que eram movidos por interesses materiais, que buscavam os abundantes privilégios, que serviam de peças no complexo mecanismo de preservação do património no interior dos estamentos mais privilegiados, que perspectivavam os anseios de uma mobilidade social ascendente, ou que, mais pragmaticamente, visavam apenas escapar ao trabalho manual que aviltava, ou ao exercício da guerra que estropiava e matava. Não restam dúvidas de que muitos procuraram o estado clerical no contexto de estratégias pessoais ou familiares de preservação patrimonial e ascensão social, quer através do mérito, quer por força de influências de tipo familiar e clientelar que podiam assumir diferentes configurações. Sobre tudo isto se sabe também pouco.

É natural que num lote tão vasto de pessoas a dissemelhança fosse marca de todo o conjunto. Isso manifestava-se de diversas formas: pelos

trajes endossados, que por vezes mais afastavam do que uniam, sobretudo entre as congregações de regulares; pela linguagem espiritual que construíam e de que se alimentavam quotidianamente - eis um campo tão amplo e tão difícil de estudar sistematicamente; pelos conflitos causados por disputas de carácter teológico ou pela posse de bens, tanto materiais como espirituais; pelo exercício de influências - junto da corte, dos grandes, ou dos mais humildes; pela origem social; etc. Deve relevar-se como o clero era uma ordem profundamente heterogénea e "hierarquizada plurivocamente". As origens profundas desta diferença no interior do clero, que se sobrepunham e combinavam de forma variada, criando configurações complexas que não autorizam sequer o esboço de uma hierarquia rígida de estatutos e níveis de consideração, eram sem dúvida, a observância religiosa, o grau de sagração, as actividades desenvolvidas com a conseqüente distinta remuneração e a proveniência social. Reconhecia-se a diferença entre um clérigo secular e um regular e, em ambos os campos, a existência de hierarquias de função, de estatuto e de acção. Era notável a distinção que ia do bispo, aos curas e coadjuutores das paróquias. De igual modo, nem todas as congregações religiosas tinham similar consideração. Em geral, as ordens monásticas, função da elevada origem social de muitos dos seus membros, tinham uma reputação superior às mendicantes. O que não implica que um franciscano ou carmelita descalço, pelo seu exemplo de vida, serviço religioso ou preparação académica, não pudesse granjear consideração e alcandorar-se a lugares de topo - até chegar a bispo. Era ainda muito importante, a posse ou não de um benefício ou o grau do sacramento da ordem de que se dispunha. Havia diferenças entre um tonsurado, um clérigo de ordens menores, um de ordens sacras, ou um bispo. Isso tinha repercussões nas funções religiosas que se estava habilitado a realizar - um tonsurado não podia sequer ajudar à missa, um acólito não estava autorizado a confessar, um subdiácono não estava apto a celebrar a eucaristia e um clérigo de missa não tinha legitimidade para conferir ordens nem crismar. Estes aspectos eram particularmente sensíveis na avaliação de cada um no interior do próprio clero. Isto é, o grau do sacramento da ordem possuído era determinante para a consideração que os outros elementos do clero tinham dos seus pares e para a construção da própria identidade de cada um. Neste panorama, e ao contrário do que

alguma historiografia tem destacado, não faz sentido a proposta de divisão deste corpo em "alto e baixo clero". Não só porque ela não alimentava o vocabulário social coevo, isto é, as categorias operativas que os membros desta sociedade utilizavam para se entenderem a si próprios e posicionarem face aos outros, mas ainda porque é profundamente equívoca. A operacionalidade dos conceitos é outra preocupação a que devemos prestar atenção no decurso do seminário.

O estudo dos *cursus honorum* no interior do clero, tanto regular, mas sobretudo no secular, é outro campo a necessitar ainda de muitas indagações antes de se poderem assumir conclusões seguras.

Eram vários os lugares que se perfilavam aos clérigos: desde capelães até bispos, lugares em colegiadas, cabidos, misericórdias, confrarias, Inquisição, ordens religiosas e até em alguns órgãos do governo da monarquia. Mas a concorrência, em face do número de clérigos, era muita. Os lugares não chegavam para todos.

As trajectórias para os alcançar não eram verticais, nem acessíveis em exclusivo através do mérito, não havendo percursos definidos para progredir. Presume-se a existência de estratégias variadas para singrar até aos mais cobiçados lugares, mas não se duvide da importância que tinham a "qualidade" do nascimento e as "valias" que ligações familiares e clientelares pudessem abonar. Esperamos que algumas das intervenções neste seminário, estou a pensar na de Fernanda Olival, possam jorrar luz sobre tudo isto.

Um outro tópico absolutamente essencial para entender o clero moderno é o da sua formação. A esta vertente, deve reconhecer-se, o programa deste seminário presta cuidada atenção. Lembro em particular as intervenções previstas de David Sampaio Barbosa, Fernando Taveira ou Zulmira Santos. Uma formação baseada em modelos e em práticas bem distintas, antes de Trento, depois do Concílio ou, mais tarde quando marcada pelo ideal da jacobea. Mas como se fazia exactamente? Em que instituições? Quem as promovia e patrocinava? Quem as frequentava? Que saberes concretos eram ministrados? Como decorriam os dias e os anos estudo num colégio de uma ordem religiosa, num seminário diocesano pós tridentino, na Universidade, ou num Colégio de uma ordem regular? Como eram aferidas as competências dos clérigos aprendizes? Que papel tinha a aprendizagem informal feita pelo convívio dos jovens



com os sacerdotes que os guiavam? Que livros possuíam e consumiam os sacerdotes, bispos, cónegos e regulares? Tantas questões para debater e resolver.

O questionário que se apresentou e o sintético desenho do clero que se esboçou pretendem convocar ao nosso espírito um vasto leque de propostas que podem conduzir as nossas reflexões. O programa que se congeminou poderá não tratar de todas. Estamos conscientes de que este é um ciclo que, apesar de ter pretensão de uma grande abrangência, temática, cronológica e problematizante, alcança com limitações certas áreas. É o caso do clero regular, do clero paroquial na dimensão da sua actividade quotidiana, dos ritos e da liturgia em que os eclesiásticos participavam ou deviam ministrar, da literatura de espiritualidade que alimentava o clero e das suas devoções e confrarias específicas, para dar apenas alguns exemplos. Mas este programa, sobretudo pelos contributos de todos os que aceitaram vir proferir algumas intervenções e pela participação activa de todos os presentes, será, seguramente, um instrumento precioso para sondar e clarificar muitas delas. Contamos convosco.

*José Pedro Paiva*